

A Estratégia Uber na Mobilidade Urbana sob o Prisma Do Direito

The Uber Strategy On Urban Mobility Under The Law Of The Prisma

Breno D. Rocha¹; Filipe Gustavo F. Silva¹; Luis Henrique B. de Araújo¹; Rafael P. Magalhães¹;
Fernando G. Rodrigues¹.

¹Faculdade Mineira de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Betim, Rua do Rosário, 1081, Bairro Angola, Betim, Minas Gerais, CEP 32604-115; brenoldr@hotmail.com.

Palavras-chave: Uber; mobilidade urbana; iniciativa privada; transporte particular.

Keywords: Uber; urban mobility; private initiative; private transportation.

Introdução: O Uberé uma rede privada de gerenciamento da prestação de serviços de transporte particular vinculada a um aplicativo de celular que conecta os usuários a motoristas autônomos e cadastrados, próximos da localidade indicada. No cenário atual, o Uber se constitui uma alternativa de mobilidade urbana, porém entra em atrito com taxistas, uma vez que o aplicativo não se sujeita às mesmas regulamentações estatais. **Objetivo:** Este trabalho objetiva a discussão, sob o prisma do Direito em seus vários ramos, da viabilização e possibilidade de regulamentação do Uber. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura e jurisprudências a cerca da temática do Uber como estratégia de mobilidade urbana. Para a busca foram consultadas as bases de dados Jusbrasil e CAPES. As palavras chaves utilizadas foram: Uber, mobilidade urbana, transporte e iniciativa privada. O delineamento da pesquisa se deu através da análise de conteúdo e o número amostral não foi previamente estabelecido. Com o intuito de sumarizar e proceder com a análise dos resultados, foi realizada a categorização das temáticas em relação aos ramos do Direito. **Resultados:** Embora a regulamentação do Uber tenha o impasse de concorrência aos taxistas e possivelmente encarecimento do serviço, a omissão estatal gera consequências maiores, desde a insegurança à exploração indevida do trabalhador. Assim, uma legislação com valor jurídico para dar amparo a todas as pessoas envolvidas com o transporte via Uber, resguardando direitos individuais e coletivos, se faz necessária. Tal regulamentação deve observar todos os ramos do direito, para assegurar o amparo legal e democrático aos cidadãos. **Conclusão:** A regulamentação do aplicativo é uma necessidade para que se resguarde direitos, minimize conflitos e assegure uma boa prestação de serviço à população, haja vista a visão do Uber como uma alternativa barata e ágil de mobilidade urbana para o problema da precariedade do transporte público no Brasil.